

---

## ARTIGOS

---

### O DILEMA DA ALFABETIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL

João Francisco de Souza (1)

#### RESUMO

*Este artigo tenta explicitar o problema central da alfabetização, indicando o dilema vivido pelos trabalhadores brasileiros na luta, em alguns momentos históricos, pelo domínio dos mecanismos da leitura, escrita e do cálculo. É oportuno, no momento em que a UNESCO e o ICAE (Conselho Internacional de Educação de Adultos) convocam o ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO, 1990, refletir sobre esta questão.*

---

(1) Professor-Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação da UFPE, Coordenador da Rede de Pesquisa Participante do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina.

A necessidade de alfabetizar os trabalhadores não é evidente. Ela vai surgindo, no Brasil, lentamente, na medida em que vão mudando as suas condições econômicas. Nem sempre se considerou necessário alfabetizar o trabalhador. E o próprio trabalhador, até mesmo hoje, não sente, não percebe tão claramente esta necessidade.

Uma pessoa analfabeta, do ponto de vista da civilização letrada atual, é uma aberração. Não se justifica. Todos, hoje, acham necessário alfabetizar o conjunto da população mesmo que não se tomem medidas efetivas para que isto aconteça. Mas a necessidade da alfabetização não é assim tão clara nem mesmo no discurso, até bem pouco, ou seja, a década de 1940. No Brasil começa a ser denunciado o analfabetismo de forma mais sistemática, por políticos e profissionais da educação, a partir de 1920/1930. Claro que antes houve algumas iniciativas não só na linha das denúncias, existiu mesmo um início de trabalho de alfabetização, sem ter, no entanto, grande significado para enfrentar o analfabetismo.

Até praticamente essa época as camadas da classe popular só existiam para produzir, para trabalhar. Não são consideradas socialmente, nem contam politicamente. Para as autoridades, para os donos da terra, do açúcar, da borracha, dos minérios, etc., trabalhador é um mero burro de carga. Isto não quer dizer que o trabalhador aceite ser burro de carga. Mas as condições o obrigam a viver quietinho, sem reivindicar. Mesmo que, de vez em quando, fizesse alguns levantes e houvessem tentativas de organização.

É com o início da industrialização, de forma mais consistente, durante a primeira Guerra Mundial (1914/1918), provocando o começo de mudança econômico-sociais e ideológicas que vão desembocar na Revolução de 1930, que

o trabalhador, principalmente o operário urbano, passa a ser levado em conta no jogo do poder.

Este processo de industrialização coloca novas exigências de qualificação para o trabalhador, como profissional e como cidadão. Precisa-se de um trabalhador que, além do domínio dos mecanismos da leitura, da escrita e do cálculo, apoie o novo poder que se instala no país.

Os industriais que querem controlar o poder, o Estado, nesse novo momento da história brasileira, não têm força para fazer isto sozinhos; apelam então para uma aliança com a classe operária e a chamada “classe média” tendo Getúlio Vargas como seu representante. Isso vai se constituir no chamado **populismo brasileiro**, que é uma aliança entre desiguais (operários, industriais, “classe média”) para permitir a consolidação do poder dos industriais contra o poder dos fazendeiros. Mesmo que estes não tenham ficado por fora do controle do poder perderam, no entanto, a supremacia.

Mas esse populismo que se firma no Sudeste do Brasil e vai tentar controlar o conjunto da sociedade brasileira não consegue se implantar no Nordeste, onde a oposição trabalhador x usineiros é ferrenha, desde longa data, e onde também o processo de industrialização não se dá naquele momento. O processo de industrialização no Nordeste se atrasou e de fato até hoje não se consolidou nem vai se consolidar com o capitalismo monopolista.

Os trabalhadores nordestinos continuaram/continuam praticamente sem nenhum direito, super-explorados, sem mesmo usufruir dos mínimos benefícios que os trabalhadores do Sudeste conseguiram com o populismo. Só a partir da década de 1950, os trabalhadores nordestinos começam de forma mais organizada a reagir e reivindicar seus direitos. Sobretudo reage o trabalhador do campo em Pernambuco, espalhando-se esse processo por todo o Nordeste. O próprio trabalhador começa a não querer mais ser controlado e passa a querer mudar as regras do jogo, querer fazer valer seus direitos. Organizam-se nas Ligas Camponesas. Surgem os Sindicatos Rurais. Os operários urbanos fazem greves. Organizam-se Associações de Moradores nos bairros populares.

Resumindo de forma esquemática: até 1920/1940, o trabalhador não é levado em conta no jogo do poder, é um mero produtor. Não é cidadão. Nesse momento emerge na cena política, controlado ou semi-controlado. A partir de 1950/60, começa a querer dar as regras do jogo, começa a ser parceiro político.

Tendo tido interrompida essa sua aspiração com o golpe do capital internacional/militares brasileiros em 1964, os trabalhadores ressurgem na cena política a partir do final da 1ª metade da década de 1970.

No quadro econômico-ideológico brasileiro, só a partir de 1920, se começa a levar a sério, relativamente, o problema da alfabetização do trabalhador. Pois, se necessita legitimar o novo poder que procura se instalar no país. E o voto é o instrumento apto para esta legitimação e apenas ao alfabetizado era

permitted to vote. Beyond the need for a somewhat more qualified workforce.

It seems evident that literacy is an economic-political and not pedagogical problem. It has a pedagogical dimension, but is not merely pedagogical. New requirements for industrial workforce qualification and the need for support for the new political power, along with industrialization, leave no doubt about the urgency of literacy.

The process began around 1930, transforming Brazilian society. As social classes were forming. In the second half of the 1950s, the populist alliance entered a crisis in the Southeast, trying to establish itself in the Northeast, starting from the movement of industrialists and merchants in Pernambuco in reaction to the workers' movement, especially in the countryside, and in the attempt to find its place in the new economic framework. In the interior of this social mobilization, a broad educational movement emerged in Pernambuco (1). A movement that appears, on the one hand, as an instrument to help workers want to control their lives and destinies; on the other, as a means to try to control them.

The central problem of adult literacy is, thus, the problem of the economic conditions of the worker and the role he can play in the correlation of forces in the game of power, or in the conflict and struggle of classes in a capitalist society. It is about the need for the working class to assume its historical role. Not that literacy is a sufficient condition for this, but it is a necessary condition in this process.

---

(1) MCP (Movimento de Cultura Popular) no governo de Miguel Arraes; SEC (Serviço de Extensão Cultural) da Universidade do Recife coordenado pelo professor Paulo Freire, de um lado; de outro, FPS (Fundação de Promoção Social) do governo Cid Sampaio e a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) dos Evangélicos.  
Paulo Freire emerge exatamente no interior desse movimento educativo em Pernambuco. Ele que vinha do SESI (Serviço Social da Indústria) onde coordenava o Setor de Educação, engaja-se no MCP e depois coordena o SEC onde começa a sistematizar sua proposta de educação que inclui um método de alfabetização.

## 1. Retrospectiva da Alfabetização no Brasil

### 1.1 Iniciativas alfabetizadoras até 1958

Examinando, neste segmento, a resposta pedagógica que vai sendo dada, ao problema da alfabetização de adultos. Início me referindo à questão em Pernambuco porque é a partir da experiência de alfabetização em Recife, como indico no item anterior, que vai mudando a compreensão e atuação em relação à alfabetização de Adultos no Brasil.

A Província de Pernambuco registra, em 1841, a criação da **Sociedade de Artistas Mecânicos** com a finalidade de **instruir e aperfeiçoar** os profissionais artistas (Primitivo, 1930:492). Em 1870 há referências sobre a existência de 198 alunos nas escolas noturnas da capital (Ibidem, 526). Em 1886 afirma-se que há 135 alunos de escolas noturnas na Província (Ibidem, 559).

Tratando da questão da alfabetização de adultos no Brasil, os relatórios do Ministro Leôncio de Carvalho, de 1878, afirma que "... faz-se mister ainda promover a criação de cursos para o ensino primário de adultos analfabetos; e esta necessidade assume uma importância particular quando se trata de uma reforma, como a do sistema eleitoral, para cujo êxito, poderosamente contribuirá o desenvolvimento da instrução popular" (Primitivo, 1930 a: 187).

A implantação do ensino para adultos, durante o Império e a Primeira República, ou seja, até 1930, depende de iniciativas das Províncias, os atuais Estados, ou de particulares. Não havia nada sob a responsabilidade do Governo a nível nacional.

Em Pernambuco, no ano de 1928, afirma-se que "para adultos, a quem as dificuldades da vida não proporcionassem ensejo de aprender, as noções indispensáveis ao exercício de suas profissões seriam dadas em cursos noturnos". Afirma o professor deveria verificar o que o aluno desejava ou necessitava aprender

“de modo a não só aprender ler, escrever e contar, mas qualificar-se melhor na profissão que viesse exercendo” (Histórico, 1949: 141). É já a nova exigência de qualificação para o trabalho que começa a ser justificativa para os cursos noturnos.

Como me referi antes, só a partir mais exatamente de 1940, como consequência das transformações econômicas porque passa o país, com o impulso da industrialização e do sentimento nacionalista, através da Revolução de 1930 e do golpe de Getúlio em 1937, é que se inicia um processo mais global de educação de trabalhadores. Mas ainda como iniciativa dos Governos Estaduais ou Federal em função dos interesses da classe proprietária dos meios de produção e não na perspectiva da classe trabalhadora.

Em substituição ao pequeno número de escolas mantidas pelas iniciativas estaduais, municipais e particulares e abertas aos reduzidos contingentes de adultos que aí estudavam sobretudo nas capitais, nesta época, a educação de adultos, no Brasil, começa a ser encarada como um empreendimento global de Governo Federal.

O desejo manifesto é de que todos os brasileiros analfabetos, nas cidades e nos campos, conscientes ou não dessa necessidade de escolarização, entrem na escola. A alfabetização de adultos começa assim a ser entendida como uma obrigação do Estado.

São as novas orientações sobre a atuação do Estado que explicam as novas dimensões que são atribuídas à educação de adultos, sua legislação e as tentativas de implementação dos serviços educacionais.

Estas novas dimensões atribuídas e assumidas pela educação de adultos vem no bojo de uma série de medidas do novo Governo e de atitudes dos profissionais da educação.

Em 1930 se cria o Ministério da Educação e Saúde. Em 1932 é lançado, por profissionais da educação, o **Manifesto ao Povo e ao Governo por UMA EDUCAÇÃO NOVA**. Em 1934 a Constituição determina que seja elaborado um Plano Nacional de Educação. Em 1938, o Ministério de Educação e Saúde cria o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1942, se cria o Fundo Nacional de Ensino Primário só regulamentado em 1945. Ainda em 1942, se cria o Ensino Industrial, implanta-se o SENAI; em 1946, o SENAC. Em 1947 o Ministério de Educação e Saúde cria o SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS como um plano nacional de educação supletiva.

Essas iniciativas, além de outras no setor educacional, resultam das transformações do Estado, a partir da Revolução de 1930, provocadas pelo impulso da Industrialização que proporciona a formação dos setores urbanos (industriais, militares, funcionários, empregados e sobretudo do proletariado industrial) que passam a contar no jogo político do Estado Brasileiro.

A ascensão de uma burguesia industrial sem condições de se impor sozinho ao conjunto da sociedade brasileira a obriga a fazer aliança com o operariado mesmo que não alige totalmente do poder aos latifundiários centralizando fortemente a vida política e administrativa do país.

A tentativa de fazer a escola chegar a todas as crianças e adultos, neste período, acompanha uma política de extensão de direitos dirigida para a incorporação das populações urbanas às bases de sustentação de um esquema nacional de poder, com funções de acomodar tensões que se avolumam nos meios urbanos objetivando um desenvolvimento de corte nacionalista.

O objetivo nítido, em meio à confusão das medidas, é a "atuação centralizadora, orientada com vistas à diversificação da economia, com ênfase na industrialização" (Beisiegel, 1974: 77).

O projeto social de desenvolvimento, que adquire consistência depois de 1930, visa dois objetivos:

- 1) suavizar as tensões sociais existentes; e
- 2) ser a ideologia legitimadora da atuação do poder público, como tentativa de incorporar as camadas populares urbanas no novo projeto político como base de sustentação do novo poder.

A educação, até então reivindicada para todos os brasileiros, passa a ser apresentada como "condição", como "requisito" ou mesmo como "fator" do desenvolvimento nacional.

Educação para o desenvolvimento que vai ser retomado em 1960 pelo governador Cid Sampaio para fundamentar seu projeto de educação para Pernambuco.

As grandes massas de analfabetos da população brasileira começam realmente a aparecer entre as preocupações de políticos e administradores, nos últimos anos do Estado Novo, para torná-las base de legitimação do poder burguês, através do voto, no chamado processo de redemocratização do Brasil a partir de 1945.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério de Educação e Saúde, no setor de ensino de adultos, nos anos posteriores à segunda Guerra Mundial, denotam também uma crescente influência da ação internacional através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criada em novembro de 1945. Esta começa estimulando a realização de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Essa entidade propunha o que se chamou de educação fundamental e também educação de base que se destinava a crianças, adolescentes e adultos de ambos os sexos das camadas da classe popular. Educação que não se restringia à mera transmissão dos mecanismos da escrita, da leitura e do cálculo mesmo que incluísse em suas atividades de forma relevante a alfabetização.

No clima dos primeiros anos de após-guerra se propunha difundir conhecimentos e atitudes favoráveis à elevação das condições de vida das regiões “atrasadas” e ao desenvolvimento de uma compreensão maior entre os povos de culturas diferentes e salvar assim o capitalismo justificado no interior de uma proposta de paz e justiça social.

A nível de Brasil, o decreto 19.513 de 25 de agosto de 1945, destinava 25% dos auxílios federais para a educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Em 1947, como já indico antes, é instalado o **Serviço de Adultos** tendo por finalidade orientar e coordenar os planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Com isso o Governo Federal passa a atuar de forma intensa no ensino de adultos. Começa um amplo movimento de mobilização da opinião pública em favor da educação de adultos e da integração de tudo que já havia sido feito nesta área de ensino.

Este conjunto de atividades realizado no campo da educação de adultos, a partir de 1947, sob a coordenação do Ministério de Educação e Saúde, recebe a denominação de **CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS** dirigida pelo Professor Lourenço Filho até 1950. Continuando, sob outra direção, até 1954, mas perdendo seu caráter de “movimento de mobilização nacional” para se transformar numa entidade burocrática. A campanha praticamente deixa de existir continuando a funcionar o Serviço de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Ensino com a rede de ensino supletivo implantada a partir de 1947.

O objeto da Campanha de Educação de Adultos é fornecer a todos a educação de base ou fundamental entendida como processo educativo que deve proporcionar a cada indivíduo “os instrumentos indispensáveis da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura – como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene – e, com as quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social” (Filho in Beisig-gel 1974:93).

É uma proposta de ajustamento do indivíduo à sociedade que é considerada boa e justa com alguns desajustamentos.

O Professor Lourenço Filho chama a atenção para não se limitar o trabalho da Campanha à simples alfabetização explicando que “como a característica fundamental dos que não possuem educação básica é o analfabetismo, facilmente se confunde o esforço de educação de adultos com o combate ao analfabetismo”. A alfabetização é apenas o início, pois saber ler e escrever, “instrumentos rudimentares de cultura viriam facilitar todo o trabalho educativo, proporcionando aos que recebessem as próprias fontes originais de comunica-



ção e de exposição do saber, acumulado pela humanidade nos livros, nas revistas, nos jornais. É claro, conclui ele, que não bastaria apenas ensinar a ler e escrever sendo necessário também facilitar a aquisição dos hábitos da boa leitura e da boa reflexão sobre ela, ao mesmo tempo que reforçar as noções dos valores sociais, cívicos e morais, já existentes em cada aluno, e de desenvolvimento no sentido de melhor ajustamento social” (Ibid: 93-4).

Essa Campanha é suprimida em 1954; a 9 de janeiro de 1958, o Ministério da Educação e Cultura, volta a decretar uma nova Campanha Nacional desta vez denominada: CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO com os objetivos de:

- . expandir e melhorar o ensino primário fundamental comum;
- . fazer a educação elementar e iniciar profissionalmente adolescentes e adultos.

Mas esta Campanha não chega a se instalar em todas as regiões. A previsão era implementá-la em um Município de cada uma das cinco regiões geográficas do país. Funcionou apenas em Leopoldina (Minas Gerais) e no Nordeste em Timbaúba.

Essas iniciativas não surtiram os efeitos desejados, nem proporcionaram uma nova compreensão da alfabetização. É a partir do 2º **Seminário de Educação de Adultos** promovido pelo MEC, no final de 1958, para avaliar essas Campanhas, que se começa a analisar a questão da educação de adultos por outro ângulo, sobretudo graças a intervenção da equipe pernambucana coordenada por Paulo Freire que apresenta uma tese sob o título “ALFABETIZAÇÃO E MOCAMBOS”. As intuições de Paulo Freire, apresentadas nesse Seminário, terão condições de se desenvolver no embate, em Pernambuco, dos dois projetos políticos antagônicos a que faço referência anteriormente e passo a explicitar.

## 1.2. A Alfabetização da Década de 1960<sup>(2)</sup>

O contraditório e conflitivo movimento de classes existentes em Pernambuco de 1958/64, que qualifica a situação como de crise orgânica polarizada nos projetos políticos dos dois Governos do período, como “personas” de forças sociais antagônicas, tem, na disputa pelo controle ideológico da situação, um ponto alto na questão educacional.

Vários instrumentos materializam este conflito, mas nenhum o deixa transparecer tão claramente como a concorrência, quando não a hostilidade, entre a Prefeitura do Recife e o Governo do Estado pela liderança e controle da

---

(2) Este item segue de perto as idéias de meu trabalho, Souza, 1987.

atividade educacional. E depois, na hostilidade e perseguição das forças anti-populares contra o movimento educacional iniciado e apoiado pelo Prefeito do Recife, depois Governador do Estado, Miguel Arraes.

A atividade educacional em Pernambuco, particularmente em Recife, no interior da disputa política, ocasionada pelo movimento de classe, se torna o eixo de toda uma luta polarizada entre um projeto social de tendência popular e outro modernizante. Torna-se um campo de batalhas que demonstra o jogo de interesses políticos subjacente a toda ação social, conseqüentemente a ação educativa seja entendida como elemento do processo de organização de massas e política (educação extra-escolar), seja como escolarização.

As "personas" polarizadoras desse processo político, eleitoral, no mesmo momento histórico e, inicialmente, dentro de um mesmo movimento oposicionista, que tenta alterar a correlação das forças sociais em Pernambuco e até mesmo no País, vão divergir e se opor na medida em que os contornos desse processo vão se fazendo movimento de constituição das classes em Pernambuco, com a classe popular aspirando à conquista da hegemonia.

É este movimento de classe em Pernambuco, com disputa entre as classes sociais pela hegemonia que efetivamente provoca a transformação de educação nesta Unidade da Federação. As modificações são significativas não só no plano de expansão da rede escolar como também na concepção da educação.

Neste quadro, o panorama escolar em Pernambuco que, até então, "não parece ter-se modificado substancialmente, se bem que seus problemas – baixa taxa de escolarização, evasão escolar, falta de qualificação do professorado primário tratados sob os mais diversos ângulos tenham sido objeto de freqüentes debates e publicações, sejam patrocinada pelo INEP, pela Secretaria de Educação do Estado ou mesmo pelo MEC" (Weber, 1982) passa a ser alterado.

Propostas ideológico-pedagógicas, bem como sua operacionalização, decorrência de projetos ideológico-políticos diferentes, passam a ser alvo da disputa na articulação de movimento de classes e grupos sociais na luta pelo poder.

Emerge, neste movimento, como bandeira importante da oposição, a escolarização, cuja solução o candidato a Prefeito do Recife, Miguel Arraes, fruto desse movimento e "persona" de seus setores representativos, assume em sua plataforma de Governo, ao lado de outros grandes problemas como água, alimentação, transporte, emprego, saúde, eletricidade e habitação.

Soluções para o déficit escolar e para a falta de qualidade da prática pedagógica escolarizada para as camadas da classe popular se constituem elementos de sua plataforma eleitoral (Barros, 1964:50-8).

Saliento a inserção da educação escolarizada entre os graves problemas enumerados no Manifesto/Programa ao Povo do Recife do Candidato a Prefeito

não apenas porque é ela um dos aspectos do tema desse artigo, como também, porque esta questão está quase ausente do Manifesto das “Oposições Unidas de Pernambuco” e mais, a Prefeitura Municipal do Recife, até então, não atua neste setor, sendo assim, uma novidade desse projeto ideológico/político.

No Manifesto/Programa das “Oposições Unidas de Pernambuco” que elegem o Governo Cid Sampaio, há apenas referência ao ensino profissionalizante recomendando, “em aliança com órgão de classe, criar uma rede de escolas técnico-profissionais, a fim de preparar a mão-de-obra especializada de acordo com a solicitação da economia local” (Manifesto, 1958:31) e uma recomendação para que se nomeie professores de acordo com concurso público e não através de “pistolões”. Da educação como elemento do processo organizativo das camadas da classe trabalhadora não cogita, aliás nem mesmo da necessidade dessa organização.

Já o Manifesto/Programa do candidato ao Governo Municipal, além de insistir na necessidade da organização popular, se preocupa com o déficit de escolarização, pois existem em Recife “mais de 45 mil crianças sem escolas”, propõe-se criar, nos quatro anos de sua gestão, “grupos escolares de emergência ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas de aula e promover a assinatura de convênios com os Governos Federal e Estadual, a fim de que, mediante esforço conjugado, se possa superar... essa situação”. E ainda apoiar, inclusive financeiramente, a “iniciativa privada, religiosa ou leiga, no setor da instrução” (Manifesto, 1959).

Em relação à educação como elemento do processo de organização política e de massa das camadas da classe popular apresenta a necessidade de, com o povo, equacionar os problemas e resolvê-los através de sua organização. Afirma, enfaticamente, que “o povo não deve e nem pode ser expectador. Tem que ser participante direto. Ativo e atuante. Pode e deve fazer sentir as suas reivindicações, pode e deve cooperar com as soluções. Pode e deve pronunciar-se através de suas agremiações – desportivas ou culturais, religiosas ou leigas – e de seus sindicatos e órgãos de classe” (Manifesto, 1959).

Essa sua preocupação se situa em continuidade à atuação de Pelópidas Silveira que, na sua gestão à frente da Prefeitura do Recife, incentivara o surgimento de Associações de Moradores e promovera debates públicos com a população recifense no Teatro Santa Isabel (Cavalcanti, 1980).

O Governo das “Oposições Unidas de Pernambuco”, durante o seu primeiro ano de mandato, não apresenta maior empenho no campo educacional, apenas continua a ação da Secretaria de Educação e cria, em Palácio, a Assessoria Sindical, como resposta a exigências de compromissos assumidos no interior da coligação que o elege, tentando, de imediato, reverter uma possível atuação de tendência popular. Pois, atribui-lhe como finalidade a dinamização da ação sindical dentro dos limites suportáveis pela classe proprietária dos

meios de produção e afasta, de seus quadros pouco tempo depois da criada, todo pessoal considerado de esquerda (Barros, 1964:69).

É só a partir da campanha do Candidato Miguel Arraes à Prefeitura do Recife, onde o problema escolar é debatido e, depois, do levantamento das carências escolares das camadas da classe popular, encomendado pelo Prefeito recém-eleito, com a sugestão, em sua seqüência, de criar o Movimento de Cultura Popular (MCP), que o Governo Estadual começa a tratar da questão escolar, especificamente em sua 2ª Mensagem à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Afirma, nesta Mensagem, que foi impossível, no primeiro ano de Governo, sem ter equilibrado as finanças públicas, reestruturar os serviços educacionais. Mas, que está consciente de sua importância, pois, enquanto um dos setores da administração, tem que responder às exigências do seu programa de desenvolvimento (Sampaio, 1962:36).

No entanto, “não poderia concentrar em curto prazo a soma de recursos que uma média solução do problema exigia. Isto porque, tão prioritário quanto a educação estava o desenvolvimento de uma infraestrutura econômica, sobre a qual viessem repousar todas as atividades do Estado”.

E afirma ainda que só foi possível “aumentar a matrícula nos cursos primários e secundários” (porque houve) “disponibilidade de receita sobre as obrigações de pessoal” (Sampaio, 1962a).

Mas, o fato é que, mesmo com estas justificativas, só a partir da atuação da Prefeitura na educação escolar e extra-escolar, através do MCP, o projeto político do Governo Cid Sampaio apresenta de forma diferente a questão educacional criando e destinando verbas vultuosas para a Fundação da Promoção Social (FPS) para implementar programas escolares, organizativas, sanitários, artesanais e de assistência social para as camadas da classe popular. É portanto, em concorrência à ação da Prefeitura do Recife na educação escolar que o Governo Estadual intensifica sua ação educativa, especialmente na escolarização de crianças, passando a ser um programa importante de seu plano de Governo.

Parece, assim, ter entendido as possibilidades políticas de uma atuação no setor educacional para o direcionamento da solução da crise orgânica de Pernambuco em favor da hegemonia das camadas da classe proprietária dos meios de produção. Nasce, a partir de então, em competição com a ação da Prefeitura do Recife, uma nova postura neste campo, opondo-se, ao caráter tendencialmente popular do governo municipal de Miguel Arraes.

A iniciativa do Governo Cid Sampaio no setor educacional emerge, portanto, como um instrumento planejador e executor da sua tentativa de comunicação com as camadas da classe popular, procurando controlá-las no seu processo organizativo e retirá-las da esfera de influência da Prefeitura ao mesmo tempo em que procura envolvê-las numa participação que não responde a seus

interesses, apresentando-a como se o fizesse, oferecendo-lhes a “mística desenvolvimentista”.

É portanto, uma investida calculada prevendo os possíveis rendimentos político-eleitorais que podem advir através de sua “promoção social”. Faz, assim, parte do confronto político que começa a se acirrar em Pernambuco entre um projeto da classe exploradora e um projeto tendencialmente popular. Ambos querem influenciar no seu direcionamento e os movimentos educativos são criados como um dos instrumentos através dos quais cada um tenta fazer passar os postulados ideológicos das classes que representam.

O Governo Cid Sampaio só investe, portanto, reafirmo, na educação escolarizada e extra-escolar como concorrência ao Governo Municipal Miguel Arraes prevendo seus possíveis rendimentos políticos eleitorais.

A atuação do Governo Miguel Arraes é tão importante, se amplia e se aprofunda de tal forma, junto às camadas da classe trabalhadora, que sua candidatura ao Governo Estadual é feita pelas organizações populares e nelas apoiada tendo como uma de suas bandeiras mais importantes, o MCP. E durante sua campanha à governança estadual, “com apoio em líderes de sindicato, de bairro, de associações, de clubes esportivos, o povo debateu seus problemas e decidiu impor sua vontade”.

E, nos debates a que o candidato a Governador comparece, sua prática sempre “foi discutir os problemas... segundo uma perspectiva de conjunto, procurando mostrar a ineficácia de soluções isoladas e a impossibilidade de qualquer passo à frente sem a participação do povo no debate e no equacionamento dos problemas que temos a resolver. (Callado, 1964:20)

Desta forma, se consolida sua preocupação com a organização política e de massa das camadas da classe popular, especialmente de sua fração proletária, como um dos instrumentos fundamentais, senão o fundamental, da transformação das relações sociais. Organização que deve possibilitar o avanço da consciência – elemento pedagógico do processo organizativo – e, consequentemente, maior consistência a seu processo organizacional. Ou seja, segundo a perspectiva teórico-metodológica deste trabalho, a educação como componente intrínseco desse processo organizativo, enquanto esclarecimento ou ampliação dos horizontes políticos, formação de agentes sociais firmes ideologicamente e ativos politicamente, que é a sua tarefa fundamental, consciente ou inconscientemente.

A educação, como elemento do processo de organização de massas e política das camadas da classe popular (educação extra-escolar), é o momento do debate, do aprofundamento das questões, da busca de alternativas onde se ampliam os conhecimentos necessários ao engajamento político e se indicam formas de implementar soluções. Sendo assim, a educação como elemento do processo de organização da classe trabalhadora se evidencia como o aspecto

mais importante de um projeto ideológico/político de hegemonia, inclusive determinando as perspectivas da educação escolar.

Mas, no interior de sua prática como candidato e como prefeito ainda mais se aguça sua preocupação como a necessidade da educação escolar, com a alfabetização dos trabalhadores, com o ensino, a instrução escolar, como condição importante para melhor se realizar a dimensão acima enfatizada, pois a entende como instrumento fundamental do “esclarecimento necessário para vencer as forças que se antepõem ao nosso desenvolvimento econômico” (Arraes, 1960:12). Desenvolvimento entendido, como uma questão política e não como mero aumento de produção de bens econômicos.

A escolarização se apresenta, neste contexto, como instrumento de ação política. Sendo uma demanda das camadas da classe popular e preocupação do ainda candidato a prefeito ampliada com os resultados do levantamento das carências escolares feito, por sua solicitação, pela professora Anita Paes Barreto, o prefeito eleito convoca uma reunião de líderes populares para dar-lhes a conhecer e debater o seu resultado. Fica evidenciado que, pela ausência de unidades escolares, estão prejudicadas crianças em “mais de 50%... se consideram as idades de 7 a 12 anos e mais de 60% ou seja, 98.281 crianças se consideram as idades de 5 a 14 anos” (Plano, 1969:13).

É a partir dessa reunião que a Prefeitura do Recife inaugura sua ação na educação escolarizada, pois tomando conhecimento da situação e sabendo da inexistência de verbas municipais para a educação, as lideranças exigem escolas para seus bairros colocando a sua disposição as dependências de suas entidades.

Parte-se, então, para a batalha pela escolarização das camadas da classe popular do Recife, pois tem que ser superada a situação em que “o ensino ainda é... um privilégio assegurado a uma minoria” (Arraes, 1960:12). Privilégio que significa a exclusão da maioria, isto é, dos membros da classe trabalhadora dos possíveis benefícios da escolarização.

Ou seja, a estrutura escolar, na medida em que exclui esse enorme contingente de seus quadros, deixando-o analfabeto ou com um nível mínimo de escolarização, reduz sua capacidade de pensar e discernir além de privá-lo do ensino subsequente que pode criar condições para um esclarecimento político maior, contribuindo, assim, para a dinamização do processo de transformação social.

São, portanto, no interior da crise orgânica que se instala, as possibilidades políticas da educação tanto escolarizada quanto elemento do processo de organização popular em função de sua hegemonia ou da hegemonia burguesa que originam um amplo Movimento Educativo em Pernambuco. É, pois, como tentativa de acrescentar mais um elemento de resposta à crise orgânica de Pernambuco que se dinamiza e intensifica a ação e o debate educativos pela

concorrência entre a Prefeitura do Recife e o Governo Estadual enquanto representantes de forças políticas distintas.

Este Movimento tem influência em todo o Brasil pré-64 (não tendo desaperado certamente, no pós-64) e, depois, em toda América Latina, na África e mesmo na Europa e Estados Unidos. Influência que se efetiva, sobretudo, através da atuação de Paulo Freire, educador-pedagogo, fruto mais significativo, no setor educacional, dessa crise orgânica de Pernambuco, que se consolida como pedagogo-educador no exílio, expurgado que foi do Brasil pelo golpe de 1º de abril de 1964.

Em resumo a ação educativa do Governo Miguel Arraes (1960/1964) – **educação para a cidadania popular** –, dá início ao debate e a medidas que fazem frente aos problemas educacionais. Com isso, ele provoca, também, o surgimento da outra vertente do Movimento Educativo que se vincula ao Governo Cid Sampaio – educação para o desenvolvimento – como contra – ponto de sua ação, sendo, portanto, o Governo Miguel Arraes responsável pelo surgimento do Movimento Educativo de Pernambuco, que tem origem, como acima indico, na crise orgânica de Pernambuco manifesta na oposição entre as duas **“personas”** das forças sociais contendoras na ocasião.

A demanda popular, a constatação de **déficit** escolar e a possível contribuição política da educação como elemento do processo de organização popular e como escolarização são pois, no interior da disputa pela hegemonia, causas do **Movimento Educativo de Pernambuco** no período de 1958/64 tendo repercutido internacionalmente. Só no interior desta luta a alfabetização ganha significado.

Desta forma, parece-me ficar claro o dilema da alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil e, certamente também, na América Latina. Ele só será resolvido no interior de um processo político transformador que garanta a construção e consolidação da hegemonia popular, isto é, de novas relações de produção, controladas democraticamente pelas organizações dos trabalhadores e onde não seja possível a exploração/opressão do homem pelo homem.

Enquanto todas as campanhas de alfabetização de adultos que se deram no Brasil até a segunda metade da década de 1950 tinham como preocupação o ajustamento do indivíduo à sociedade, o MCP e o SEC, iniciados em Pernambuco, respectivamente, em 1960 e 1962, perseguiram a transformação da sociedade pela organização do trabalhador, mesmo que isto não tenha estado muito claro no começo.

As campanhas pressupunham que a sociedade fosse boa, funcionasse bem. Os indivíduos é que se desajustavam. Precisavam de ajuda para se ajustarem socialmente. Uma maneira de ajudá-los era alfabetizá-los, ensiná-los a ler, escrever, contar, ao mesmo tempo em que lhe eram dadas noções de higiene e dos valores sociais. Urgia “recuperá-los”, justificavam.

Outra é a postura do MCP e do SEC. Se os camponeses, os operários, os moradores dos bairros populares começam a reagir querendo modificar suas condições de trabalho e de vida, algo está errado não nas pessoas, mas na organização da sociedade. Algumas mudanças estão se procedendo na economia e na política.

Se não se vive bem, não é por uma opção; não é porque não se quer trabalhar nem se é preguiçoso. Se não se ganha bem não é por uma escolha.

Se se é analfabeto não é vontade pessoal.

Começa a mudar a compreensão do que é a necessidade do trabalhador. O problema não é porque os indivíduos se ajustam/desajustam, mas porque a sociedade se organiza de uma forma que exclui, pela exploração, os trabalhadores do usufruto dos bens materiais e espirituais produzidos por todos. A alfabetização começa a ser encarada não como meio de ajustar o indivíduo à sociedade, mas como um dos instrumentos que ele pode utilizar na sua luta pela transformação da sociedade. Tem que mudar a sociedade, a maneira de organizar o trabalho e de exercer o poder político.

Então, a alfabetização não é mais um instrumento de ajustamento do indivíduo que se desajustou, mas ao contrário, um instrumento que o indivíduo pode utilizar no processo de sua organização com seus companheiros para transformar a sociedade. Então, os trabalhadores tem que conquistar voz e vez. Tem que discutir seus problemas. Tem que se organizar politicamente.

Esta nova perspectiva da alfabetização de adultos surge, pois em Pernambuco, no interior de uma ampla mobilização social, na luta entre dois projetos políticos antagônicos. O projeto político de tendência popular, liderado pelo Governo Municipal e, depois, Estadual Miguel Arraes em oposição ao projeto político desenvolvimentista liderado pelo governo Cid Sampaio que nas atividades educativas mantém a perspectiva do ajustamento do indivíduo à sociedade através da alfabetização, do treinamento profissional, dos cuidados com a higiene e inculcação dos valores sociais e morais da sociedade capitalista.

(Num próximo artigo, queremos analisar as repercussões desses processos nas décadas 1970-1980).



## BIBLIOGRAFIA

- ARRAES, Miguel. Mensagem aos estudantes de Barreiros. *Jornal do Commercio*. Recife, 03 abr. 1960. p. 12.
- BARROS, Adilson. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro, Equador Edições, 1964.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *O Estado e a educação popular*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Recife, Guararapes, 1980.
- EDUCAÇÃO de base para adolescentes e adultos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, **13** (37):122-40, set./dez. 1949.
- HISTÓRICO da educação de adultos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, **13** (37): 141-58, set./dez. 1949.
- MANIFESTO/Programa ao povo de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 abr. 1958, p.3.
- MANIFESTO/Programa ao povo do Recife. In: BARROS, Adilson. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro, Equador Edições, 1964.
- PRIMITIVO, Moacir. *A instrução e as províncias*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930.
- . *A instrução e o império*, V.2. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930.
- READ, Margaret. A formação dos professores especializados em educação de base. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, **13** (37): 60-4, set./dez. 1949.
- SOUZA, João Francisco de. *Uma pedagogia da revolução*. São Paulo, Cortez, 1987.
- WEBER, Silke. *Conflitos de classe e educação em Pernambuco, 1958/64*. Recife, CMS/PIMES/UFPE, 1982.